

Clima e ecologias antirracistas



Por **JULIANA NEVES BARROS & MAÍRA SILVA***

O silenciamento racial no debate climático é parte estratégica de um sistema global de poder que opera por meio de uma extração criativa, onde os danos infligidos às comunidades racializadas produzem os lugares brancos. É preciso reconhecer as múltiplas práticas socioecológicas que o sistema insiste em invisibilizar

1.

Os esforços de articulação crítica entre racismo e exploração ambiental aumentaram consideravelmente na última década, ainda que sejam muitas as travas políticas e epistêmicas a enfrentar.

Essa inflexão, contrapondo-se às fraturas históricas entre lutas ambientais e antirracistas, reflete um momento de confluência entre a intensificação do debate sobre a crise climática e um “giro antirracista”^[i] na América Latina, assim como a influência dos feminismos negros e dos estudos sobre colonialidade do poder que nos interpelaram a análises mais articuladas em torno das categorias modernas de opressão.

Ao lado do conceito já difundido de racismo ambiental – germinado no início dos anos 1980 nas lutas pelos direitos civis da população negra nos EUA^[ii] –, a noção de racismo climático tem sido mobilizada para se referir à maior vulnerabilização das populações não-brancas aos eventos extremos decorrentes das mudanças climáticas, assim como ao padrão de branquitude que marca os espaços da governança climática global, as políticas de financiamento e a produção científica sobre o tema.

Essa tendência, que se faz acompanhar de um vasto repertório de pesquisas qualitativas e estatísticas, não ecoa, entretanto, na construção das políticas ambientais dos países e na modulação da crise climática nos fóruns globais. Já no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2007/08, o arcebispo sul-africano Desmond Tutu cunhou a expressão “*apartheid* das mudanças climáticas” para se referir ao fato de que a chamada “adaptação climática” estava se tornando um eufemismo para a injustiça social em escala global, onde os países ricos podiam usar os seus vastos recursos financeiros e tecnológicos para se protegerem contra as alterações climáticas e os pobres seguiam cada vez mais expostos.^[iii]

Desmond Tutu questionou ali os sentidos da linguagem da “adaptação” e levantou alertas sobre o que ela efetivamente queria proteger e o que queria deixar invisível e precarizado. O fato é que, após quase 30 anos de realização das Conferências das Partes sobre o Clima, pouco se avançou em termos de propostas se não aquelas que integram o mercado verde das compensações.

O financiamento de ações climáticas de mitigação e adaptação ficou muito aquém do esperado, assim como as metas pactuadas em torno da redução das emissões. A ausência de responsabilização dos maiores poluidores não permitiu alterar um quadro de desigualdade no qual 10% dos mais ricos respondem por 50% das emissões de gases de efeito estufa (GEE), enquanto 50% dos mais pobres respondem por 8%.^[iv]

2.

Um olhar sobre as lógicas raciais nos discursos climáticos nos remete logo ao discurso universalista do antropoceno. Localizando o ser humano como uma nova força geológica capaz de impactar o globo terrestre, a ideia convoca a uma responsabilização e mobilização da humanidade em torno da crise como se todos tivessem igualmente implicados.

Subitamente, inclui-se nesse quadro – da humanidade – aqueles que foram historicamente excluídos – negros, pardos e indígenas – e promove-se o achatamento das relações específicas que os diferentes grupos estabeleceram com seus ambientes e com outras espécies. Um dos efeitos imediatos da definição dos supostos marcos de origem do antropoceno – a revolução industrial com a invenção da máquina a vapor no fim do século XVIII ou a era da grande aceleração no pós-Segunda Guerra – é o fato de apagar a colonização e a escravidão transatlântica como impulsionadores da primeira grande devastação que permitiu o funcionamento da engrenagem capitalista.

Um processo de transformação ambiental que rompeu relações, apagou histórias ecológicas específicas, forçou comunidades a adaptarem-se a ambientes inteiramente novos e levou a perda brutal de 50 milhões de pessoas nas Américas. Tudo isso, segundo o autor indígena Kyle Whyte^[v], representou um genocídio de todos os tipos de parentes – animais e plantas – e pode ser entendido como o que hoje se pretende como “mudança climática”; antes de evento novo e indicador de uma mudança sem precedentes, o Antropoceno seria a continuidade de práticas violentas de extração, desapropriação e genocídio em curso há quinhentos anos, uma forma de colonialismo intensificado.

A discussão da emergência climática é embalada por uma espécie de sensibilidade apocalíptica que se lança sobre as produções de futuro – uma corrida contra o tempo frente à ameaça de extinção da humanidade. Nesse caso, seria necessário lançar outros questionamentos sobre as temporalidades e as urgências em jogo, capazes de expandir e pluralizar a noção de catástrofe, bem como localizar, não seu caráter excepcional, mas seu processo de produção contínua no cotidiano.

Para os povos indígenas, o presente já é uma distopia e muitos fins-de-mundos foram experimentados; a colonização é descrita como um grande choque sísmico^[vi]. Muitos inclusive foram declarados extintos pelo Estado brasileiro e passaram por processos de reemergência étnica, como é caso dos Krenak, que sobreviveram para testemunhar em 2015 outro evento trágico no seu território: a morte do *Watu* (rio Doce), completamente devastado pela barragem da mineradora Vale.^[vii] Catastrófica também foi e é a escravidão transatlântica para as pessoas negras, reverberada continuamente num mundo que respira antinegritude.^[viii]

3.

Mobilizadas por forças protofascistas, o imaginário sobre a crise e suas soluções continua simultaneamente a construir um número crescente de novos e velhos inimigos através de linhas raciais, impulsionando a retomada do neomalthusianismo, o reforço do discurso anti-imigração, o controle militarizado das fronteiras e práticas de injustiças reprodutivas.

Nolivro *Pele branca e combustível negro: o perigo do fascismo fóssil*, Andreas Malm^[ix] mostrou como na maioria das manifestações públicas de parlamentares extremistas na Europa, a questão climática aparece associada à questão migratória e ao “problema” do negro e do muçulmano, tratados como inimigos da nação branca e conspiradores de uma grande “substituição cultural”. Ou, no caso do exemplo francês, o nacionalismo sofisticou seu enviesamento racista por meio da defesa do “localismo” contra a errância e o nomadismo predatório das populações cujos fluxos globais ameaçam tradições e culturas locais.^[x]

Já as práticas conservacionistas, alinhadas ao mito colonial das “terras sem pessoas” para compor uma “natureza intocada”, tem servido à expulsão de povos e comunidades tradicionais, instaurando “desertos” de áreas verdes ou zonas militarizadas que vão integrar posteriormente estoques estratégicos de recursos territoriais necessários ao capital.

a terra é redonda

Na perspectiva liberal da governança climática, o racismo é diluído por uma composição cínica do discurso e por uma abstração no uso da linguagem que, monopolizada pelo imperativo das metas de descarbonização, torna-se substancialmente métrica e matematizada, desacoplada das realidades territoriais e formulada em termos em que poucos, entre os agentes, se sentem autorizados a intervir. Sob a episteme do mercado, a gestão da natureza é conduzida como uma oportunidade para impulsionar novos negócios.

Funcionando como uma espécie de moeda internacional que permite aos poluidores em todo mundo compensar suas emissões pagando cotas por áreas preservadas em outras regiões, normalmente em terras de uso comunitário, a “métrica do carbono”[\[xi\]](#) reduz a necessária mudança socioecológica à simples transição energética.

No Brasil, diversos povos indígenas têm denunciado os usos do mecanismo REED+ (redução das emissões por desmatamento e degradação) como um modo invasivo de ingerência do capital na gestão tradicional dos seus territórios[\[xii\]](#). As chamadas “energias limpas” têm estimulado a implementação de empreendimentos eólicos e solares[\[xiii\]](#) e a exploração de minerais estratégicos[\[xiv\]](#) sobre ecossistemas de comunidades locais, afetando vidas humanas e não-humanas.

Não bastasse a violência injustificável embutida em tais políticas, nenhuma delas tem freado o consumo dos combustíveis fósseis; pelo contrário, muitos países têm aumentado a exploração de petróleo, evidenciando muito mais um projeto de “adição” de fontes de energia do que de substituição[\[xv\]](#). No Brasil, tornou-se lugar comum as autoridades lançarem o argumento paradoxal de que para fazer a transição energética é preciso explorar combustíveis fósseis, levando adiante, por exemplo, o contestado projeto de exploração de petróleo na foz do Amazonas.

4.

Apesar de reconhecer a importância das políticas de uso e segurança de posse na terra no enfrentamento da crise climática, faltou ao relatório especial do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), Mudanças Climáticas e Terra,[\[xvi\]](#) se debruçar sobre as ameaças decorrentes da enorme concentração fundiária existente e posicionar-se sobre a implementação de políticas redistributivas como a reforma agrária.

O tom adotado sobre a questão acabou por cancelar o princípio racializado da governança fundiária global no sentido de que o bom uso da terra deve ser feito por aqueles economicamente mais eficientes[\[xvii\]](#) – o que vem fundamentando até aqui uma relação de sinonímia entre classe proprietária, poder político e econômico, branquitude e devastação ecológica.[\[xviii\]](#)

No Brasil, segundo dados do IBGE de 2017, 80% das terras com mais de 10 mil hectares pertencem a brancos, enquanto os negros aparecem como proprietários de 75% das pequenas propriedades (com menos de 1 hectare). As atividades que lideram o ranking nacional do desmatamento – criação de bovinos e o cultivo de soja – têm mais de 80% dos seus proprietários brancos, enquanto os negros são maioria em atividades como criação de animais de pequeno porte e extrativismo, e as terras indígenas são aquelas com as menores taxas de perda de vegetação.[\[xix\]](#)

Uma pesquisa realizada pelo grupo *Land Deal Politics Initiative*[\[xx\]](#) aponta que, nos últimos 15 anos, aumentaram significativamente as transações globais de terras baseadas na grilagem verde, ou seja, a proteção ambiental tem servido de escudo para a continuidade dos processos de expropriação nos quais as mais afetadas são as populações não-brancas. No Brasil, a exigência de compromissos ambientais como um critério para estabelecimento de relações comerciais de grandes transnacionais com produtores locais tem levado a práticas desse tipo de grilagem sobretudo na cadeia da soja e na cadeia de fornecimento e exportação da carne (conhecida como lavagem de gado ou boi-pirata).[\[xxi\]](#)

Assim como o trabalho de limpeza na engrenagem diária do capitalismo – definido por Vèrges[\[xxii\]](#) como a economia de desgaste dos corpos que se reproduz pela extração de trabalho dos corpos racializados e das terras colonizadas –, o esverdeamento disfarçado na cadeia global de *commodities* aciona corpos negros e indígenas para estarem na linha de

frente dos conflitos gerados. São tais corpos que aparecerão no topo do ranking de defensores ambientais ameaçados ou assassinados no Brasil e no mundo[xxiii]. Ou aparecerão como aqueles usualmente criminalizados na gestão seletiva dos ilegalismos por atuarem como agentes precarizados, destacados para assumir as atividades mais explicitamente ilegais e perigosas da cadeia de produção.

O que observamos é que as medidas apontadas para o enfrentamento da crise climática, apostando nas vias da modernização ecológica e da ecoeficiência, reproduzem a mesma lógica da exploração colonial. O silenciamento racial no debate não é casual: trata-se menos de uma questão de saber e mais de estratégia para a preservação de um sistema global de poder que, emaranhando racismo e dano ecológico, organiza a distribuição de consumo e contaminação, dano e proteção, privilégio e precariedade.

O racismo ambiental se situa para além de uma dinâmica de discriminação ou impactos diferenciados de grupos no bojo das dinâmicas ambientais; ele opera por meio de uma extração criativa, onde os danos infligidos às comunidades racializadas produzem os lugares brancos, ou seja, um espaço branco que se desenvolve através da extração de valor de locais racializados como não-brancos[xxiv].

5.

Como a lente do *apartheid* utilizada por Desmond Tutu há quase duas décadas – que se estruturou através de crenças e disposições sistemáticas em relação à superioridade racial, apoiadas e autorizadas por várias instituições sociais –, o *apartheid* climático requer atenção às maneiras mais sutis e normalizadas pelas quais o racismo sistemático circula nas sociedades.[xxv]

Se a crise climática afeta mais os sujeitos racializados, cabe ressaltar que o racismo também é uma ameaça ambiental.[xxvi] especialmente no seu poder de invisibilizar o múltiplo campo das possibilidades de existência e de práticas sócio-ecológicas que souberam existir fora do que o Ocidente normalizou como padrão.

Na contramão da extração da acumulação, estas experiências continuam a orientar-se por sistemas éticos baseados em relações de responsabilidade recíproca e de redes afetivas com a natureza. Elas não se antecipam a um futuro, mas estão simplesmente acontecendo, às margens, sem holofotes, tramadas no terreno da infrapolítica,[xxvii] e podem nos levar a uma melhor compreensão das possíveis rotas de fuga da crise ecológica, desestabilizando o horizonte reduzido das narrativas dominantes incapazes de se desviar da rota do mercado.

Estão no repertório das resistências indígenas diante dos fins de seus mundos e suas capacidades de restaurar relacionamentos que fazem parte de heranças ancestrais; nas histórias dos quilombos que souberam criar e reorganizar a vida comunitária e o laço matricial com a terra após viverem, nas palavras do escritor Malcom Ferdinand[xxviii], o matricídio da plantation; nas reflexões ofertadas pelos feminismos comunitários e indígenas que, a partir da ideia de corpo-território-terra, vem construindo uma contribuição crítica às lógicas patriarcais e mercantilizadas da natureza; e no pensamento social feminista negro que, elaborado a partir da realidade vivida por mulheres negras desde a posição de “forasteira de dentro”(outsider within),[xxix] desafiou o pensamento dualístico e as oposições binárias da epistemologia moderna.

São experiências e saberes diversos como estes que se constroem como um campo fértil de ecologias antirracistas, engajadas com experiências e genealogias de libertação e regeneração que escapam ao cerco da política convencional. Essas ecologias distintas estarão presentes na COP-30, em Belém, confrontando as autoridades com as pautas que julgam serem efetivamente importantes como parte de uma política climática global.

Articulados como Fórum Internacional de Povos Indígenas sobre Mudança do Clima, Cúpula dos Povos, Coalizão de Territórios Afrodescendentes da América Latina e do Caribe, entre outros, reclamam a proteção e reconhecimento dos territórios tradicionais, a participação efetiva dos povos nas negociações climáticas, a proteção aos defensores ambientais,

o acesso direto ao financiamento climático, a exclusão de projetos extrativistas predatórios como parte da transição justa e a valorização do conhecimento tradicional.

De algum modo, o recado dos povos para a cúpula climática ecoa o brado de Audre Lorde: “as ferramentas do senhor não desmantelam a casa-grande”.

***Juliana Neves Barros** é professora do Centro de Linguagens, Cultura e Tecnologias da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB).

***Maíra Silva**, bióloga, é doutoranda em geociência pelo Instituto de Geociências da Unicamp.

Notas

[i] Cf. Vigoya, M. V. Los colores del antirracismo en América Latina. *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Rio de Janeiro), n. 36, p. 19-34, dez. 2020.

[ii] Cf. Chavis, Jr, Benjamin; LEE, Charles. *Toxic Wastes and Race in the United States: A National Report on the Racial and Socio-Economic Characteristics of Communities with Hazardous Waste Sites*. Commission for Racial Justice— United Church of Christ, 1987

[iii] Cf. PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano: Combater as mudanças climáticas: solidariedade humana num mundo dividido*. Nova York: Pnud/ONU. 2008

[iv] Cf. OXFAM. Igualdade climática: um planeta para 99%. 2023.

[v] Whyte, K. P. Indigenous science (fiction) for the Anthropocene: Ancestral dystopias and fantasies of climate change crises. *Environment and Planning E: Nature and Space*, vol. 1, n.102, 2018, pp. 224-242.

[vi] Davis, H., Todd, Z. On the Importance of a date, or, decolonizing the anthropocene. *ACME: An International Journal for Critical Geographies*, vol 16, n.4, 2017, pp. 761-780.

[vii] Cf. Torre, Luísa; Camporez, Patrik. *Watu morreu. E com ele, parte da vida dos Krenak*. Agência Publica. 23 de abril de 2017.

[viii] Sharpe, Christina. *No Vestígio: negritude e existência*. São Paulo: Editora Ubu, 2023

[ix] Malm, Andreas; Zetkin, Collective.. *White skin, black fuel: on the Danger of fascismo fossil*. Londres e Nova York: Verso, 2021

[x] Souza, Renato. *Como a extrema direita mundial ‘ajusta’ o discurso negacionista diante da emergência climática*. Brasil de Fato. 14 de maio de 2024.

[xi] Moreno, C.; Chassé, Daniel Speich; Fuhr, Lili. *A métrica do carbono: abstrações globais e epistemicídio ecológico*, Fundação Heinrich Böll, Rio de Janeiro, 2016.

[xii] CIMI. *REDD impacta severamente comunidades indígenas e tradicionais*, 2014.

[xiii] Cf. Vick, Mariana. *Como a transição energética gera conflitos no Brasil*. Nexo Jornal. 12 agosto de 2024. Leao, Pedro.

a terra é redonda

Países ricos querem impor transição energética às custas da nossa exploração. Intercept, 03 de março de 2025.

[xiv] Cf. Wanderley, Luiz J.; Mansur, Maíra Sertã; Fraga, Diego. *Transição Desigual: as violações da extração dos minerais para a transição energética no Brasil*. Brasil: Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil, 2024.

[xv] Cf. Pacheco, Priscila. Petrobrás: adição energética ou adicção fóssil?. Climainfo. 25 de junho de 2024

[xvi] IPCC. *Mudanças climáticas e terra*. Um relatório especial do IPCC sobre mudanças climáticas, desertificação, degradação da terra, gestão sustentável da terra, segurança alimentar e fluxos de gases de efeito estufa em ecossistemas terrestres. 2019

[xvii] Franco, J. C.; Borras, S. M.. The global climate of land politics. *Globalizations*, vol.18, n.7, 2021, pp.1277-1297.

[xviii] Cf. Bhandar, Brenna: *Colonial lifes of property: law, land and racial regimes of ownership*. Durham: Duke university Press, 2018;

[xix]. Cf. Mapbiomas. Terras indígenas contribuem para a preservação das florestas, 2022.

[xx] F. Wolford, W. W.; White, B.; Scoones, I.; Hall, R.; Edelman, M.; Borras, S. M. . Global land deals: what has been done, what has changed, and what's next? *The Journal of Peasant Studies*, 2024, pp. 1-38.

[xxi] Cf. Santos, A. L. S.; Paixão, G.; Barros, J. N. Capitalismo Extrativista e Estado de Intimidação.

[xxii] Vergès, Françoise. *Um feminismo decolonial*. Trad. de Dias, Jamille Pinheiro; Camargo, Raquel. São Paulo: Editora Ubu, 2020. 144p.

[xxiii] Cf. Justiça Global; Terra de Direitos. *Na linha de frente: violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil : 2019-2022* / coordenação Alane Luiza da Silva...[et al.]. — 1. ed. — Curitiba: Terra de Direitos : Justiça Global, 2023

[xxiv] Purifoy, Danielle M., SEAMSTER, Louise. 2021. "Creative extraction: Black towns in white space." *Environment and Planning D: Society and Space* vol. 39. n.1, 2021, pp. 47-66.

[xxv] Tuana, Nanci. The Climate apartheid: the forgetting of race in the anthropocene. *Critical philosophy of race*, vol. 7, n. 1. 2019, pp. 1-31.

[xxvi] Hage, Ghassan. *Is Racism an Environmental Threat?*.Cambridge: Polity, 2017.

[xxvii] Cf. Scott, James. *A dominação e arte da resistência: discursos ocultos*. Tradução: Pedro Serras Pereira. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013, 1. ed.

[xxviii] Cf. Ferdinand, Malcom. *Uma ecologia decolonial: pensar o mundo a partir do mundo caribenho*. Tradução Letícia Mei. 1ª edição. São Paulo: Ubu, 2022

[xxix] Collins, P. H. Aprendendo com a outsider within. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan. 2016.

**A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.
Ajude-nos a manter esta ideia.**

A Terra é Redonda